

**ATA DA REUNIÃO-CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CMDU**

Data: 19 Abril de 2023-Horário: 09:30hs
Local: Auditório do 7º andar do Paço Municipal

Aos dezenove dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e três, Presidente Manara abre a plenária às 9h34 inicia a reunião, esclarece que na questão dos informes se não tiver quórum não entram assuntos de deliberação. Que, na última reunião teve uma solicitação para rever o sistema de reuniões entre híbrida e presencial, se estaria no momento de retornar reuniões presenciais, o encaminhamento foi enviado por e-mail pela secretaria executiva das posições, então a manutenção do formato híbrido, com 12 manifestações dos conselheiros, somente 5 opinaram pelo retorno exclusivamente presencial, então continuaremos com as reuniões híbridas, embora hoje só tem um participante Cláudia Almeida do INPE. Em resposta de uma solicitação da Taciana Bouéri do AmeSatélite sobre uma demanda da lei do LOAS, deixa registrado que foi respondida essa demanda, que é uma proposta de uma qualificação urbanística numa área de um parque na Avenida Mário Covas. Que a AmeSatélite recebeu uma resposta da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade no dia 14/01/2021. Mas deixa aberto, para que a AmeSatélite se quiser agendar uma data com o Departamento de Planejamento Urbano Rural, conversar com o diretor Oswaldo e equipe técnica sobre essa proposta. Logicamente que toda proposta de qualificação no ambiente, dotar de equipamentos, melhorias para área de lazer, para a população é sempre bem-vinda. E a equipe técnica se julgar interessante, oportuno, retorna para a plenária do CMDU. Então, será feito esse encaminhamento sobre a solicitação da Taciana Bouéri. Também, na reunião passada teve a sugestão da criação de um grupo oficial do CMDU pelo WhatsApp, a exemplo do que aconteceu com o conselho de meio ambiente, para agilizar a comunicação, para deliberação vai aguardar a entrada de mais pessoas para que deliberar sobre essa criação, mas deixa um relato que no Conselho de Meio Ambiente tem funcionado de uma forma bastante interessante. É um grupo que não entra bom dia, cafezinho, boa noite. É um grupo, onde são postadas questões atinentes, de interesse da cidade, tem funcionado, porque é um mecanismo muito mais ágil. Mas, como é uma deliberação, retornamos quando a Marisa informar do quórum. Segue com a habilitação da ACEJA no conselho, através do Ciro como representante. Eles enviaram todos os documentos, que foram enviados ao conselho pela Marisa, apenas a Taciana se manifestou. Então, ocupando uma vaga de representantes da Sociedade de Amigos de Bairro, a ACEJA do Aquarius e adjacências. Que a Marisa e Teles têm feito um esforço, para que tenhamos habilitados os representantes. Agradece a relação comunitária, na pessoa do James, que também tem colaborado nesse sentido de trazer associações e amigos de bairro a participarem dos conselhos municipais. O grupo gestor do Fundo Municipal de desenvolvimento urbano anuiu a utilização dos recursos para implantação da Praça Verão que foi apresentada na última plenária. Então é uma utilização já dos recursos da outorga onerosa através de um projeto que foi concebido aqui pela equipe de projetos

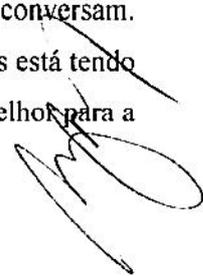
especiais da secretaria do Departamento de Planejamento Urbano Rural e passou na plenária e foi aprovado pelo conselho gestor o uso dos recursos para implantação dessa praça. Presidente passa a palavra para Douglas que irá informar ao conselho sobre a renovação do contrato GeoSanja, e que os conselheiros apresentem sugestões. Que o contrato está vigente e foi aditivado recentemente. Tem dado certo, com ótimos resultados e a ideia é ter uma renovação para um segundo ano desse contrato. Que já está disponível no site as imagens históricas para consulta, foi entregue esse mês, a parte de edição, sendo possível editar os mapas direto pelo GeoSanja. E que ainda está em teste uma ferramenta de transparência dos mapas que não tinham e agora com a opção de download, os munícipes podem baixar os mapas direto pelo site e tem mais 14 opções ao total. Que as sugestões serão acatadas para essas ferramentas desse segundo ano de contrato com a Funcate. Presidente informa que são 14 novas funcionalidades, sendo um contrato muito produtivo para aperfeiçoar essa ferramenta que por si, já é um diferencial, em que qualquer cidadão encontra todas as informações concentradas num única plataforma. Que, o propósito foi esse, de fazer uma modernização, a alavancagem de funcionalidades, agora será renovado. É um contrato de 360.000 reais com a Funcate, uma fundação atrelada ao INPE, que vai ser aditado agora por mais três meses. A ideia é que todos possam contribuir com sugestões, para que, nesse aditamento possa evoluir ainda mais. Presidente pede licença para os conselheiros, pois precisa abrir uma reunião do Comitê de Integração das Bacias. Aproveita para noticiar que no dia 30 de março, assumirá a presidência do CEIVAP, que é o comitê de integração das sete bacias hidrográficas do Rio Paraíba do Sul, três estados, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, com uma cobertura em 184 municípios. Presidente passa a palavra para Isabela, arquiteta da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade e da Divisão do Departamento de Planejamento Urbano. Isabela inicia a apresentação de uma proposta da revisão da legislação da publicidade ao ar livre, um projeto feito a muitas mãos, várias pessoas participaram, vários departamentos da prefeitura e foi capitaneado principalmente pela Seurbs e pela Secretaria de Proteção ao Cidadão, junto com a equipe da FPM, que é Fiscalização Municipal e Posturas. É importante ter um controle da publicidade no município, principalmente para ter um controle da poluição visual. Quando se tem muita propaganda, não se faz a leitura daquilo que a mensagem quer transmitir. São José, sempre na vanguarda da legislação, desde 1978 ela tem uma lei de controle da publicidade e desde 2001, tem um decreto regulamentador dessa lei de publicidade. Para pontuar, São José dos Campos, tem um decreto regulamentador anterior à São Paulo, que tem a famosa Lei Cidade Limpa, que é de 2006. A proposta é que as publicidades que foram instaladas no município, que já estão licenciadas e que estão dentro das normas vigentes atualmente, elas vão continuar sendo consideradas como anúncios tolerados. Os anúncios que não estão em conformidade com a legislação atual que está sendo proposta, vão ser considerados anúncios irregulares e sujeitos as penalidades previstas na legislação, desde que não apresentem riscos, perturbações para o trânsito. Esclarece que já tinha uma legislação vigente de 1978 e em 2001, vem um decreto regulamentador muito mais restritivo que a legislação de 1978. Essa lei permanece atual, então há uma divergência entre essas



duas leis, e houve a necessidade de compatibilizar a legislação e atualizar o texto, deixando tudo mais simples. Alguns pontos específicos que causavam dúvidas estão tornando mais direto no texto. Que o decreto atual de São José dos Campos, ele é bom, traz um bom equilíbrio entre a propagação da atividade econômica e o equilíbrio da poluição visual. Está mantendo na legislação atual, o princípio da proporcionalidade entre largura de testada e área possível para instalação de publicidade, então tem o que a gente chama de a regra de um terço. Quando tem um terço da testada vezes 1 metro quadrado, vezes 1 metro da metragem quadrado de publicidade que é permitida para instalação no estabelecimento, esse princípio está sendo mantido. Que também está sendo introduzindo nessa lei, a regulamentação de anúncios eletrônicos, de LED, que é uma inovação, uma tecnologia que não existia em 2001 e está surgindo, são casos que não são previstos na lei de publicidade atual e passa a se regulamentar. A publicidade em mobiliário urbano, pontos de ônibus, lixeira, isso vai poder ser instalado na cidade mediante decretos específicos. Os outdoors já tem uma regulamentação vigente. A nova lei simplifica o texto, tem uma mudança de conceitos e de definições. O que se chamava de publicidade, agora passa a chamar de anúncio. Os tipos de anúncios são: indicativo, acessório e especial. Anúncio especial é aqueles com finalidade cultural, eleitoral, educativa e ele não vai ser tratado agora nessa exposição. O anúncio indicativo é aquele que tem o nome do estabelecimento e a logomarca e o anúncio acessório é aquele que fala de promoção, liquidação, tudo que acontece que são promoções instantâneas do estabelecimento que também passam a ser regrados. Para o anúncio efetivo, está sendo mantida a legislação atual, ou seja, a instalação de anúncio, desde que ele ocupe um terço da área de testada, vezes um, da metragem quadrada é área permitida. Já o anúncio acessório, que tinha uma regulamentação, com mais efetividade nessa lei, porque antes o anúncio acessório na legislação vigente, era necessário que ele fosse renovado a cada 30 dias, tinha uma série de requisitos e agora está simplificando. Todo estabelecimento vai poder ter o anúncio indicativo e também direito a ter o anúncio acessório, sendo que o anúncio acessório, ele vai poder ser instalado na proporção de um sexto da testada vezes 1 metro, ou seja, a metade da área permitida para o anúncio indicativo. Outra coisa que já estava no conceito da legislação vigente, mas que torna claro agora nessa legislação atual, a posição permitida para instalação dos anúncios, ela é apenas no recuo das edificações. Caso a edificação tenha duas, três testadas, você vai poder instalar os anúncios em todas as testadas que deem frente para a via pública, ou seja, não pode instalar em fundo de estabelecimento. Uma inovação que está sendo trazida nessa lei é a questão de quando você tem vários estabelecimentos em um mesmo imóvel. Na legislação atual cada estabelecimento vai fazer o licenciamento individual do próprio estabelecimento e não em relação ao conjunto de todos, isso facilita tanto para quem faz o pedido, como para quem analisa. Quando tem edificações até dois pavimentos e para aqueles estabelecimentos voltados à via pública, continua tendo a permissão de instalação de um terço da fachada. O que vai ser considerado para cada estabelecimento vai ser a largura da testada dele de frente para a via pública. Então, no caso de edificações de até dois pavimentos, pode instalar tanto no térreo quanto sobre loja e no caso de edificações que tenham mais

de dois pavimentos, vai permitir apenas a instalação dos anúncios no pavimento térreo, e os demais estabelecimentos, vão poder colocar um totem expositor, mas não vão poder instalar no edifício. Os totens dentro do município passam a ser permitida com uma altura máxima de 5 metros e os anúncios acessórios, uma definição já da lei atual, mas que está se tornando mais claro nessa revisão da lei, são aqueles de promoção, podem ser instalados a partir de 1 metro da entrada da testada e não é permitida a instalação de anúncio acessório em gradis, alambrados. Os toldos são permitidos a divulgação de anúncio sendo que a mensagem que tiver neles passa a ser consideradas na somatória do cálculo total de anúncios. Nessa legislação não serão permitidas que em dois estabelecimentos distintos, exemplo uma loja de automóvel, uma farmácia, essa loja de automóvel, ela pode instalar o anúncio no recuo frontal, porém a mensagem dela não pode estar instalada na lateral do confrontante, ele pode instalar a mensagem voltada para o lote dele. Instalação de anúncios em cobertura não é permitida projetada sobre a via pública. Caso o imóvel, tenha a testada junto a via pública, é permitida a instalação na parede somente com a projeção de estrutura. Com referência ao anúncio de LED, que não era previsto nessa legislação atual, passa a ser previsto. Quando o anúncio tiver uma imagem estática, que não muda, não tem alternância de movimento e ela tiver divulgando apenas o nome ou o logotipo do estabelecimento, passa a ser considerado como anúncio indicativo e segue toda a legislação e as conformidades do anúncio, porém, quando esse painel tiver veiculando imagens em movimento, com alternância de imagens, ele passa a ser denominado como anúncio eletrônico e passa a seguir as proporções e as diretrizes da instalação de anúncios acessórios. Algumas restrições aos anúncios tanto luminosos e iluminados ou eletrônicos, que não podem provocar reflexo, não podem causar ofuscamento, não pode prejudicar a visão de motoristas, veículos e pedestres, não podem causar efeito estroboscópico ou de iluminação intermitente. E, ele não pode ter uma luminosidade que se projete na edificação vizinha a ele, para evitar perturbação no município. O anúncio projetado sobre a via pública, ele passa a não ser permitido e nesse momento está sendo dada uma concessão especial para o calçadão e a Rua 15, permitindo a instalação de anúncio projetado sobre a via pública, outra exceção, para as rodovias e suas marginais do município, os totens serão permitidos com altura de até 12 metros, porque elas têm uma proporção diferente da área urbana. Tabuletas, banners etc. não podem ser instalados sobre a via pública. Os anúncios sonoros ou divulgação em espaço público, que não estão previstas na lei, elas vão poder ser feitas desde que autorizadas pela prefeitura. Atualmente pela lei, todos os anúncios instalados no município, devem ter um processo administrativo e devem ser aprovados para serem instalados. Que os anúncios maiores que 10 metros quadrados, anúncios eletrônicos, totens, eles continuam tendo obrigatoriedade de ser aprovados pelo município. Com a palavra Oswaldo que agradece Isabela e dando continuidade ao assunto, explica que a ideia foi trazer para o conselho, as sugestões que estão sendo elencadas para poder fazer essa atualização da legislação. Como foi falado, tem uma legislação de 1978, um decreto de 2001 que não se conversam. De lá para cá teve inovações em relação à publicidade da cidade, a fiscalização de posturas está tendo dificuldade, inclusive de enquadramento de algumas situações e é preciso saber o que é melhor para a

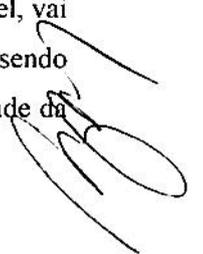
OT



cidade. Que, em São José dos Campos, desde o final da década de 90, em que houve um trabalho ostensivo com relação à publicidade de melhorar a poluição, acredita que teve avanços se comparar com outras cidades. A questão do outdoor, que proliferava na cidade e que realmente criava problema de poluição, foi padronizada de certa forma a criar um padrão do que é uma publicidade, mas com o passar dos anos e com as inovações e, também, com os descumprimentos legais, foi saindo um pouco fora do controle e então a necessidade de atualizar e criar mais regras claras, tanto para que a população compreenda o que é a publicidade quanto a fiscalização possa notificar e fazer o seu serviço. Então a intenção é trazer um conceito do que entendendo que seria o ideal e que já conversaram internamente com algumas secretarias, inclusive, com o governo, e achou oportuno trazer e ouvir as sugestões do CMDU para possam aprimorar, aperfeiçoar essa legislação e levar à câmara o quanto antes, porque a fiscalização de postura realmente está tendo dificuldade em disciplinar alguns aspectos na cidade. A minuta ainda está sendo formatada e será encaminhada para o conselho. A questão dos painéis de LEDs que não têm uma regra muito clara, a situação se põe, porque a necessidade devido a tecnologia e de certa forma, reger essa situação e manter o equilíbrio, a harmonia da publicidade na cidade. Oswaldo esclarece que foram tomados cuidados na apresentação, já que podia trazer exemplos de empreendimentos da cidade ou de estabelecimentos que são agressivos, mas por uma questão de ética, tentou reproduzir em desenhos esquemáticos situações que reconhece na cidade. Que no gradil, principalmente nos supermercados, tem aquela quantidade de propagandas, de promoção de produtos, do tamanho desproporcional de fachadas que têm saído do ideal de um terço, que foi muito discutido nos anos 90. A apresentação será encaminhada por e-mail, é importante essa sugestão, ter um tempo para retorno, para que se possa formatar essa lei e aprová-las. Que na segunda-feira foi feita audiência pública da lei de zoneamento na câmara, que eles estão no rito deles, aprovando, tem ainda uma sequência de leis que precisa ser trabalhada, publicidade é uma delas. Sabe que essa matéria vai causar polêmica, inclusive a ideia era conversar com a ACI, Associação Comercial para, antes de mandar para Câmara passar por eles, que são usuários disso tudo. Oswaldo acredita que poderá haver um entendimento na proporção em cada estabelecimento, mas imaginando a somatória deles, é que compromete a poluição da paisagem da cidade. Que, nesse sentido que está trazendo essa proporcionalidade das coisas. Com a palavra José Renato da Aconvap, que concorda que uma lei de 78 às vezes precisa ser atualizada, ainda mais com essas novidades tecnológicas, mas o preocupou bastante a apresentação. Acha importante sim o visual da cidade, mas que não podemos esquecer também a necessidade e viabilidade econômica das atividades. São José é pungente assim, porque hoje ela tem uma viabilidade econômica de muitas atividades. Que, algumas colocações, principalmente focadas que a publicidade só pode acontecer em recuo frontal o preocupa, e precisava entender melhor o que é essa proposta. Acha que a intenção de rever a legislação é interessante, mas de forma nenhuma ela precisa ser feita com pressa, ela precisa ser bem-feita. Que precisa sim o setor comercial, o setor da construção civil, dar a sua contribuição, já tem coisas que precisa esclarecer melhor para entender. Que foi criada uma regra transitória, que não ficou bem clara,

quais são essas publicidades que existem hoje, que estão realmente enquadradas nessa regra. Lembra também que é um processo de legalização de uma publicidade, muito moroso dentro da própria prefeitura. Que é preciso entender o que vai passar a ser obrigatório a estar adequado aos novos padrões e aqueles que ainda têm o direito de continuar com os padrões atuais. Não é fácil fazer publicidade em São José, talvez ela esteja mais bagunçada por uma questão de falta de fiscalização do que por uma legislação não adequada. Sugere um tempo e uma discussão sadia, nos âmbitos da prefeitura, mas é essencial com quem utiliza, tanto os consumidores como os donos de comércio, pois a publicidade com fachadas é importantíssima para o setor comercial. Isabela responde que a questão da instalação da publicidade no recuo frontal, foi trazida apenas uma parte da proposta, uma vez que são muitos pontos e a apresentação ficaria muito extensa. Que será passada uma parte mais técnica, que não está na apresentação, mas que está prevista. Quando falou em multi-estabelecimento, como exemplo o Jardim Aquarius, que tem vários estabelecimentos, edificios separados, eles passam a ser considerados como recuo frontal dos mesmos. Então, quando são estabelecimentos que têm uma via interna de circulação, ela passa a ser considerada como seu recuo frontal. Um texto de uma lei, com as normas gerais, um decreto regulamentador e fora isso, já deixou preparado, sujeito a ajustes, uma cartilha explicativa com a maior parte dos pontos da legislação, porque a hora que o cidadão comum lê um texto de lei fica muito difícil de visualizar aquilo que está tentando transmitir. Com a palavra a conselheira Maria Rita da Aconvap que informa estar trabalhando bastante com publicidade para alguns clientes, acha importante discutir essa lei. Como exemplo, cita que hoje não é permitido outdoor, então todo janeiro a prefeitura faz um decreto não permitindo outdoor, porque a lei permite então ela vai lá e faz. Que entrou com um processo, quando eles tinham se esquecido de fazer o decreto, e esperaram fazer o decreto para indeferir. Sugere que referente ao outdoor, seja mais bem discutido. Como exemplo cita o Vale Sul, tem outdoor, porque permitia antes, que são 10 metros de altura. Se fosse colocado em comércios pequenos poluía. Então a altura, em sua opinião, ela também tem que ser proporcional ao tamanho do comércio. Sugere discutir melhor sobre a lei, porque, na realidade, não adianta fazer uma lei que vai ficar como a de agora e ninguém respeita. Com a palavra o Secretário Adjunto Ronaldo, que explica que para desonerar um pouco o DFPM que hoje, realmente, o pedido de instalação de uma placa ou de um quadro ou um painel de LED, essa necessidade de agora tratar, regularizar, respeitando aqueles que já investiram dinheiro, que já colocaram alguma coisa já nos seus painéis, que está se discutindo para chegar num formato para garantir o ordenamento do uso do solo urbano. Com a palavra Oswaldo, que voltando para o ponto inicial da apresentação, acredita que não ser fácil apresentar esse assunto, porque a lei é bem detalhada. Que, primeiro será atualizada a lei, a simplificação da forma de aplicabilidade, porque esse é um processo realmente muito complicado, então acha que a ideia é simplificar. Outra coisa é deixar muito claro os conceitos, porque essa coisa de quando é totem, quando é outdoor, quando é painel, vai ficar bem claro o que é cada um e as proporções de cada um, porque essa conceituação que está sendo trazida, inclusive das inovações. Que entende a questão da irregularidade, uma grande dificuldade da

OT



fiscalização, inclusive de combater, por ser uma lei antiga, esses decretos que são de outdoor tem que ser reeditados. Mas a intenção é ter mais elementos, mais informação e tentar mandar com mais detalhes, inclusive por e-mail, não só essa apresentação, talvez consiga mandar já o formato do que é a minuta que está sendo construída. Não é uma minuta final ainda, mas já tem uma estrutura de minuta, onde os conceitos ficam claros. Acredita que consegue traduzir melhor do que a apresentação aqui, mas que de qualquer forma, os pontos de difícil entendimento, serão solucionados e vão ao encontro do que está sendo discutido. Isabela responde a Maria Rita que não sabe se a publicidade instalada no Vale Sul está em conformidade com a lei atual ou não. Mas conhece que tem alguns painéis, totens, vai ser uma publicidade que vai ser permitida por esta nova lei, desde que na beira da Dutra, siga até os 12 metros de altura, porque é uma marginal da Via Dutra. No caso, é um expositor autoportante, mas se ele tiver na cidade, no município, na zona urbana, ele pode ter até 5 metros de altura. Com a palavra Maria Rita, que propõe uma câmara técnica, que chame a ACI para participar e que isso dê uma legitimidade a tudo que está sendo discutindo. Oswaldo acredita que a intenção é realmente de constituir uma câmara técnica e montar uma estratégia da discussão. Que trouxe para o conselho, num primeiro momento, uma sugestão técnica e um balizamento, para chamar para uma reunião com os novos representantes da ACI, já que houve mudança da diretoria. Sugere que Ronaldo possa ajudar nesse aspecto, de articular essa reunião com eles e ouvi-los. Que entende, que tenha o cuidado, mas acha que também não pode deixar se perder no tempo, porque hoje é uma necessidade da cidade. Então, assim, vai discutir com calma, mas ter certa celeridade, porque é uma matéria que está ruim de trabalhar, tanto para quem pede. Entende ter a discussão, mas deixar ela se perder no tempo e tentar resolver. Que a proposta é um pacotinho de leis, que seja resolvido esse ano todos esses ajustes, que já foi enviado o zoneamento e a publicidade é uma delas. É preciso elaborar a lei de fundo de quintal, a nova lei com ideias para simplificar. Porque, assim, aprovando a lei de zoneamento, já tem que ter essa lei de fundo de quintal plena para poder aprovar, porque ela está associada à lei de zoneamento. Que tem uma série de leis para trazer em plenária, que terão um tempo para se dedicarem e o ideal é que no início do segundo semestre já tivesse liquidado essa questão da legislação, porque vai depender do andamento das coisas, também das tratativas. Com a palavra Ronaldo Rodrigues que dá continuidade a reunião, coloca em pauta com quórum a aprovação da Ata de 16 de março enviada em 11 de abril, pede que aqueles que concordam permaneçam como estão e se tiverem alguma objeção, se manifestem. Nenhuma manifestação contrária, ata de 16 de março de 2023 aprovada por unanimidade. Lembra que a secretária executiva sugeriu a criação de um grupo oficial de whatsapp. Passa a palavra para José Renato da Aconvap, que pede para registrar que o CMDU, tem um comitê com muita importância e a forma de comunicação dele precisa ser um pouquinho mais oficial do que acontece muitas vezes por essa via rápida que é o WhatsApp. Que, infelizmente vivenciou em outra cidade a participação de um grupo onde eram colocadas informações muito polêmicas e uma discussão muito grande sobre temas que depois, quando eram verificados, só se tratavam da opinião de algumas pessoas que não eram as opiniões das entidades. Acha que, como é

um núcleo muito diverso, vê com preocupação e a comunicação feita através desse tipo de conselho, ela tem que ser um pouco mais oficializada. Que gosta dessa comunicação, ela é muito importante, num primeiro momento sem verificação de fatos e sem o peso das falas serem feitas por entidades, grupo de pessoas e não opinião própria. Que, infelizmente o canal de comunicação de WhatsApp, ele dá muito espaço para opiniões pessoais e politizadas e não acha que é um caminho para esse conselho. Oswaldo complementa que em relação à questão oficial do conselho, mantém as convocações por e-mail, porque o grupo não substituiria em nenhum momento essa questão das convocações e envio de material, continuaria no formato atual. Que, seria mais no sentido de criar uma proximidade, algumas sugestões que poderiam entrar. Com a palavra Presidente Manara que pergunta se alguém quer se manifestar sobre a discussão da criação do grupo de WhatsApp. Com a palavra a conselheira Ângela da AEA, que sugere em relação a criação do grupo, que se pense na questão jurídica, e pergunta se não seria o caso até de ser feita uma consulta, já que estão colocando informações para passar a várias pessoas. Que, o e-mail é uma coisa oficial, a lei de proteção de dados, qual é a repercussão disso. Presidente responde que o grupo, ele não pretende substituir os trâmites de praxe. Convocações e tudo que ocorram via e-mail, ele é um mecanismo de comunicação, de conversa entre os conselheiros de uma forma mais ágil, mais proativa, em que outras demandas que, inclusive, não costumam ser tratadas no âmbito da plenária, porque senão iria entulhar a plenária de assuntos às vezes pontuais. Informa que esse meio tem sido usado no Comam, questões, como de um pomar que foi implantado, uma sugestão de uma área que possa ser restaurada. São posições que os conselheiros levam que não costumam trazer em plenária e que é interessante para enriquecer em termos de conteúdo, de aproximar os conselheiros. Ele exercita e aprimora sua posição de conselheiro, porque ele é instigado, é provocado no dia a dia estar conversando, discutindo, um código de conduta, para aqueles que, não é o propósito entrarem piadinhas, esse uso que é derivado que costuma ter. Que ele não se confunde com trâmites legais que o colegiado adota. Com a palavra Maria Rita da Aconvap que acha que o CMDU, é um conselho, para ser formal dada a importância dele, então quando se fala em grupo, informaliza e em determinados momentos as discussões viram políticas e a Aconvap é contra. Presidente esclarece que não atribui um caminho de informalidade, disse apenas que o grupo WhatsApp não se propõe a substituir o rigor e o formalismo que um conselho precisa, para seu funcionamento. Ele é tão somente, um equipamento acessório para aproximar, para trazer questões que não têm tempo e não costumam chegar na plenária e que são compatíveis com as linhas temáticas trazidas no âmbito do conselho. Esse que é o propósito. Com a palavra José Renato, que concorda com a Ângela e Maria Rita, que esse conselho, ele tem uma responsabilidade muito grande e infelizmente em grupos de WhatsApp, principalmente quando se participa muita gente, o calor da discussão faz com que as pessoas coloquem posições pessoais. Que, outro problema, muitas vezes no grupo as pessoas que se silenciam, por uma questão de respeito, por uma questão de educação, por não entrar e nem aquecer uma discussão que já está quente, passam a impressão de que estão concordando com o que está sendo feito. Infelizmente, a realidade dos grupos que eu já participou,

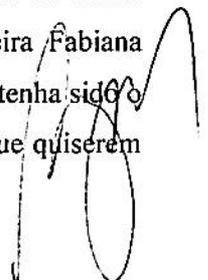


principalmente focados em discussão de planejamento urbano, leis de zoneamento, afastam os conselheiros. Eles infelizmente confundem condições de discussão por seus interesses, por personalidade da pessoa e isso se afasta. E, não acha salutar a forma de conduta, a não ser que seja como a Ângela realmente colocou que seja um canal de comunicação de via única, municipalidade ou organização do conselho para os conselheiros. Com palavra diretor Teles da Seurbs, que respondendo ao secretário Manara se o grupo pode ser criado ou se há algum impedimento. Teles relata que já foi formado um grupo de WhatsApp por meio do Comam, por solicitação dos próprios conselheiros, que já existe grupos nas câmaras técnicas, onde se comunicam para eventuais aprovações, dúvidas, questionamentos, agendamentos das reuniões da câmara técnica e após estendida para o conselho num todo. Que, na verdade, o grupo do WhatsApp, é só um instrumento a mais que pode ser utilizado ou não pelo conselho. Então o primeiro questionamento é se o conselho tem interesse na formação desse grupo e da utilização dessa ferramenta ou não? Com relação a questões jurídicas, a princípio, não vê problema, mas que poderá consultar o jurídico da prefeitura. Com a palavra Oswaldo que ouvidas as considerações, respeitando todas, propõe fazer o encaminhamento de deliberação condicionada. E que isso não impede de possamos deliberar, porque não é um assunto que tem que consumir pauta da próxima reunião. E, numa eventual reprovação pela plenária, se fará consulta ao jurídico. Se aprovada em plenária, condicionada, se o jurídico colocar algum óbice, na próxima reunião informará e, será anulada a deliberação de aprovação. Então, novamente, coloca para deliberação e pergunta quem concorda com a criação do grupo fique como está, quem se abstém ou discorda da criação do grupo de WhatsApp se manifestar. Então, com dois conselheiros no voto contrário, os demais se manifestaram em aprovação. Aprovado e registrado, de forma condicionada à consulta do jurídico, em ocorrendo qualquer óbice, na próxima reunião será anunciado e será revogada essa decisão da plenária. Com a palavra o Presidente que segue com a pauta, chama para a apresentação do projeto de remodelação viária da Avenida Lineu de Moura e adjacências o diretor Ronaldo da Semob, que responde a solicitação da conselheira Fabiana Lourenço. Com a palavra Ronaldo, se apresenta como diretor de projetos e planejamentos da Secretaria de Mobilidade e a pedido da conselheira Fabiana vai apresentar o conceito da remodelação da Lineu de Moura, que vai focar um pouco mais próximo a área do Thermas que era uma das dúvidas que foi pontuada até numa reunião que teve anterior com ela na secretaria. Que o foco principal da mobilidade, sempre conceituadas e pautadas também na questão de sustentabilidade a partir do urbanismo. Através de um mapa identifica a localização da obra, com condições do tráfego, mas tem dois cenários críticos na Eduardo Cury, (Via Oeste) e a própria Lineu que acaba sendo saturado, o pico da manhã e da tarde. E, para quem vive na região e posterior ao período de pandemia viu que se tornou uma situação completamente complicada o deslocar e aquela necessidade do ir e vir da região. E, dando um vínculo da importância do GeoSanja, a secretaria utiliza bastante também da ferramenta, ativa a macroestrutura viária, a questão urbanística, interesses ambientais, área de proteção, sistema cicloviário. O sistema do GeoSanja tem muita ferramenta que disponibiliza radar, semáforo, travessia elevada, sistema cicloviário que está

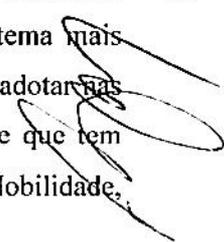
implantado no município, então consegue levar todas as informações também de mobilidade urbana para dentro de uma ferramenta que está disponível para a população. Que tem as estruturas que hoje passam naquele complexo, sendo a Lineu de Moura classificada como uma via coletora, a Via Noroeste que seria aquela logo depois do Esplanada do Sol, que é uma arterial, tem uma outra via que seria com conceito de uma expressa ou possível ligação arterial devido à conexão com a Shishima que já tem uma largura, é restrita, mas seria uma outra ligação, que isso faz parte do plano diretor na macroestrutura viária. Então hoje, está condicionado a Lineu de Moura como uma via coletora, sendo o principal e único acesso a região do Urbanova. Então, a Secretaria de Mobilidade Urbana acaba fazendo com todas as análises, pegando todos os pontos de conflitos, cruzamentos semaforizados, acaba montando os estudos, seja na área pública, áreas reservadas para o viário ou áreas particulares, que precisam acontecer alguma desapropriação, negociação de doação, enfim, para que se possa resolver os pontos de conflito, ganhar uma maior capacidade de volume de tráfego para que possa garantir uma vida útil maior desse sistema viário. Na tela apresenta dois cenários em termos do pico da manhã e pico da tarde. O pico da manhã em termo de movimento, só demonstra de forma rápida o que seria a pesquisa de origem e o destino dentro de cada situação de movimentos. O entroncamento do Thermas, ele é o mais complexo daquele sistema todo que está sendo feito de obra. Como referência a obra, ela se requalifica desde a rotatória do Golfe, tem uma adequação em frente ao Vivalle, toda essa reformulação geométrica na rotatória do Thermas com acesso direto pela Via Oeste. Então, esses movimentos, estão vinculados diretamente naquele acesso do Thermas com Via Oeste que pega todos os acessos, Lineu de Moura, Eduardo Cury, Ana Maria Nardo, Jorge Zarur e Via Oeste. O pico da tarde, em termos de movimento, aproximadamente 3600, quase 4000 veículos circulando no cruzamento em hora pico. Esse reflexo de congestionamento se estende para depois do arco da inovação, em alguns momentos até conflito nessa área com a Via Oeste. Esse primeiro trecho, do Jardim do Golfe, já foi implantado por parte do município, já está operando e funcionando e teve um resultado muito positivo até dentro do que era esperado em termos de estudos que havia sido feito. E nessa segunda etapa, que seria com o vínculo até com acesso pelo retorno, próximo a Cocana, onde o pessoal vende coco. Toda essa obra feita foi tentando evitar ao máximo possível qualquer impacto ambiental que pudesse ser prejudicial, para garantir a fluidez, e causar o menor impacto no local e evitar possíveis desapropriações. Identifica no mapa o local de interesse de um empreendedor para poder fazer algumas melhorias e ele faria parte de uma terceira faixa e estaria deixando para um segundo momento junto com a terceira faixa do Serimbura até o trecho do Cocana. Então hoje, com a obra implantada, com o retorno de quem sai do Golfe sentido Centro, esse retorno que aconteceu para atender a demanda das escolas, dos comércios que tem ali na Lineu, ele já resolveu praticamente 70% da problemática que tinha e hoje e está um pouco mais complicado para o pessoal do Golfe fazer esse movimento, mas não é a situação que ele tinha anterior desse retorno que foi aberto. Outro trecho é em frente ao Vivalle, obra que está sendo executada nesse momento, faltando somente fazer o encaixe ao viário existente, então essa infraestrutura, assim que estiver pronta, será feito o deslocamento do

OT

viário por ela e feito os encaixes de transição com o viário existente. Então, garante-se esse retorno, principalmente, vinculado um pouco mais para retirar ou permitir um volume e um retorno de quem do Centro, possa fazer o retorno sentido Eduardo Cury ou Via Oeste, então ele utiliza desse retorno, mas também vinculado à questão do Vivalle, que é um atendimento emergencial, enfim, então você garante um retorno operacional para garantir também um atendimento mais rápido para saúde das pessoas que necessitam daquele hospital. No mapa Ronaldo mostra o trecho do complexo do Thermas, mais detalhado a questão de movimento, terceira faixa sentido Centro/Bairro, com isso desafoga aquele complexo do Thermas e garante depois retornando as duas faixas do rolamento que seria suficiente para atendimento do Bairro do Urbanova. Lembrando que tem aproximadamente cada faixa livre, sem o semafórico, podendo em média 1800 veículos por hora. Que, no Thermas, seria o complexo do projeto a ser implantado. É garantida a conectividade do sistema ciclovitário, ordena melhor essa travessia, questão da disposição dos semáforos. Hoje já existe um semafórico no local, ele será trazido um pouco para trás, será feita uma travessia mais vinculada, e uma área protegida com faixa de pedestre, desvinculada aos acessos do Thermas. A prefeitura já fez o acesso do Thermas pela Via Oeste para que possam trabalhar um acesso mais operacional do dia a dia, sem prejudicar o próprio empreendimento que já está ali instalado há anos. Tem um movimento Bairro/Centro, com alargamento que vai para o Jardim Esplanada e essa adequação no entorno da escola, que seria a Via Manoel Saldanha, o prolongamento dela, torna um trânsito local, e passa a ter dois sentidos de circulação novamente, sem sistema semafórico, exceto, a implantação de uma botoeira para quando houver as pessoas fazendo a travessia a pé ou de bicicleta e ela possa acionar. Então, esse trânsito, teria essa interrupção somente para essas travessias, então ele acaba tendo um trânsito livre. Ele pode, nesse primeiro momento, deixar aberto esse retorno, monitorar, se tiver algum problema, conflito com o trânsito a ser implantado, permanece o retorno que era feito por aqui em frente à Via Oeste, e acaba sendo um trajeto um pouco maior para ser feito, porém ele garante vasão e fluidez naquele cruzamento todo. Conclui que a simulação em determinado ponto, era para mostrar o trajeto da melhoria em termos de como ela funcionaria, os veículos circulando, ela não representou nenhum ponto de alerta em nível de serviço, que fosse complicado, então ele garante fluidez. Apresenta a simulação no trecho de pico da tarde, mesma coisa, ele garante a fluidez que, desejada ali, ele garante operacionalmente que as travessias vão acontecer em todos os momentos, as interrupções que precisam ser feitas, tudo foi simulado, e em termos da geometria ele atende a necessidade e prolonga essa vida útil, sabendo também que agora a próxima simulação pedida era considerando toda a possibilidade de crescimento que tem no entorno da região para ver se existe a necessidade de mais alguma intervenção ou deixar alguma coisa que possa ficar preparada nesse momento. E, de formas gerais para apresentar a obra que está sendo feita, Ronaldo acredita que conseguiu trazer de forma bem resumida. Com a palavra Oswaldo, informa que foi uma demanda da conselheira Fabiana Lourenço representante da Associação de Bairros do Reserva das Figueiras. Acredita que tenha sido o desejo dela para ter um entendimento melhor da situação. Abre a palavra para aqueles que quiserem



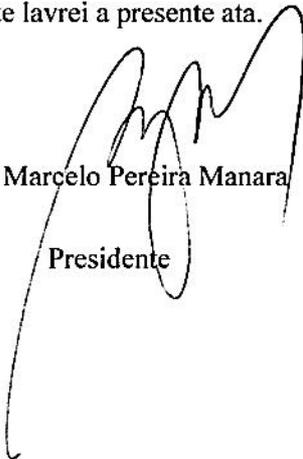
se manifestar, inclusive, Fabiana se desejar se manifestar Ronaldo está aqui para outros esclarecimentos. Com a palavra Fabiana Lourenço, que apesar de não ter ouvido uma parte da apresentação, acredita que, essa apresentação principalmente por conta da preocupação com a questão da drenagem urbana, essa região onde serão implantadas essas melhorias, tem ali passando o Ribeirão do Vidoca. Que tem também outra área de drenagem que faz a conexão de algumas nascentes que tem naquela região do Colinas, naquela área verde, na intersecção e que na verdade ela passa na frente do Thermas do Vale, faz a conexão onde tem aquele monte de figueiras plantadas que hoje é um estacionamento e vai desaguar no Vidoca. Que essa área, é um tubulão de drenagem deixado ali, que a sua preocupação é com relação à construção desse novo acesso, de quem está vindo do Urbanova e vai para a Via Oeste, se vai ter a ocupação, se vai ter o aterro dessa área de inundação periódica que fica na frente do Thermas do Vale e que também é muito importante por conta da prestação de serviços ecossistêmicos, que vão garantir a preservação da base da cadeia animal, que acaba até ajudando a preservar, a controlar a quantidade de mosquito, enfim, porque tem bastante problema ali por ser perto do rio, tem essa condição de água. Além dessa preocupação, também existe a questão dos sistemas de drenagem, que têm que ser muito bem dimensionados, porque já teve problema de inundação nessa região e o trânsito ficou todo parado. Então são duas preocupações e agradece ao Ronaldo de ter vindo apresentar o projeto para o conselho, e que São José, como uma cidade inteligente, que preza a resiliência, por conta do aumento da intensidade da chuva, áreas muito impermeabilizadas, todo o processo de urbanização ele já está levando ali o aumento da impermeabilização nas margens do Ribeirão Vidoca e dos seus afluentes, então é preciso ter esse cuidado especial, principalmente nessas áreas que já são áreas de alagamento periódico. Essa preocupação que traz para o conselho talvez precise aprimorar um pouco mais o projeto nessa questão. Ronaldo responde que com relação a todo o desenvolvimento do projeto, a Secretaria de Mobilidade, vai desenvolver todos os estudos necessários para garantir fluidez e desafogar o trânsito. O trânsito acaba sendo, como reflexo também de sustentabilidade, questão de veículo parado, poluição etc. Então acaba tendo esse vínculo por um lado de garantir fluidez que também é o foco e interesse de mobilidade, evitar esses transtornos dos picos de lentidão ou um trânsito qualquer que venha a ocorrer, e com isso precise fazer algumas intervenções necessárias. Todas elas são feitas consultas para as esferas ambientais, junto ao pessoal da Seurbs, tanto que esse trecho da transposição, onde vai ser feito a passagem em frente ao Thermas, é uma área que foi negociada como doação. Será implantada essa infraestrutura viária garantindo mais caixa de acomodação dos entrelaces e garantindo maior tempo, melhorias da reconfiguração semaforica de forma que se atenda esse objetivo primordial, que seria garantir fluidez e segurança das pessoas que vão fazer a travessia e utilizar do sistema cicloviário, garante a conectividade entre as regiões, garante um sistema mais confortável, tem as calçadas intertravadas e outros conceitos permeáveis que se consegue adotar nas infraestruturas viárias. A consulta foi feita junto à DAEE e não teve objeção. E, sempre que tem algum impacto que venha a ter na questão ambiental, a prefeitura através da Secretaria de Mobilidade,



faz as compensações devidas, o fornecimento ou implantação dos novos indivíduos arbóreos, onde ele é indicado. Que, todas essas esferas necessárias para uma autorização e implantação do viário e essa melhoria de condição para as pessoas que vivem no perímetro urbano. Com referência a drenagem das manilhas, ela basicamente é para poder dar uma extensão naquela área que já é canalizada, para conseguir garantir esse novo traçado do viário, em um trecho confinado de duas áreas canalizadas, para garantir essa possibilidade de melhoria da infraestrutura do trânsito que seria da Lineu sentido Via Oeste. Com a palavra Fabiana que entende a preocupação específica com a fluidez do trânsito e também essa preocupação com relação à drenagem. Que, hoje em dia existe uma tendência muito grande da utilização de sistemas, baseados na natureza com a utilização da prestação de serviços ecossistêmicos, que são prestados pelo ecossistema das margens de rios. Acredita que São José dos Campos tem que ter conselheiros, para opinar, então, essa consideração importante na hora de fazer os projetos, senão resolve o problema do trânsito e tem um evento extremo de chuva, tudo acaba sendo perdido. Lembra que outra questão para debater na reunião, seria de pensar os projetos, assim, numa escala maior, talvez uma duplicação de ponte, que vai exigir um processo de licenciamento mais complexo, mas que ele vai resolver um problema num prazo maior. Que, entende a questão da necessidade de garantir a fluidez do trânsito, mas acha que tem que pensar na compatibilização com os outros sistemas e ecossistemas que estão nessa região. No plano diretor, ele está todo designado como área de inundação, de risco a inundação, área de preservação. A área também onde está sendo implantada, principalmente nessa rotatória do Thermas do Vale, ela acaba sendo uma área de intersecção entre as duas APAs, a do Banhado e da Via Oeste. Que, tudo isso tem que ser levado em consideração numa escala maior, não só numa escala local, da região da rotatória Thermas do Vale, sim, como um plano, pensado já para essa bacia do Rio Paraíba. Finaliza pedindo que tenham essa preocupação maior, para que avaliem antes de implantar, para que não venha daqui a alguns anos, ter um problema grave por conta de inundação nessa região. Ronaldo responde que todo o município tem a preocupação em todas as esferas, que são analisadas em 100% as interferências e das obras que são necessárias em termos de infraestrutura, além da questão do que foi apresentado que é a sinalização final. Que o sistema de drenagem, a quantidade de boca de lobo necessária para ajustar os problemas que tiveram de alagamento ou não, faz parte da condicionante dessa obra. Como exemplo, cita que na frente do Vivalle, está sendo feita uma requalificação, abrindo uma via nova, tem uma parte de impermeabilização, porque está sendo trazida uma melhoria, uma terceira faixa, e um deslocamento desse traçado de local, criando outros bolsões de área, como exemplo aquele bolsão que ficou no meio. Essa área permeável, junto a Seurbs, será feito um plantio arbóreo e um material drenante similar ao que foi feito na Linha Verde, os jardins de chuva. A secretaria tem essa preocupação de analisar todas essas interfaces que são necessárias para implementação desse sistema, desse viário e alguns planos de outras melhorias que precisam ser feitas no município em termos de obras de arte. Então, o foco é dentro do que já foi apresentado para a população, conciliar toda a necessidade de quem vive no perímetro urbano, mas também de preservar toda a questão ambiental. Com a palavra

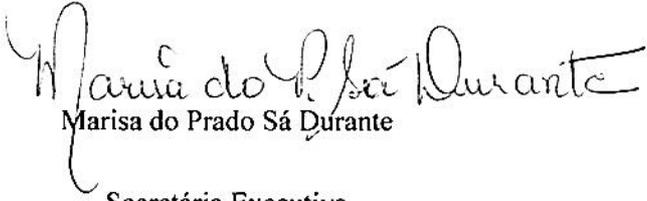


Oswaldo, agradece Ronaldo e Fabiana e a presença de todos da plenária e os que estão remotamente. O material apresentado pelo Ronaldo será encaminhado pela secretaria executiva por e-mail e quanto a proposta em relação à publicidade, acredita que com a própria cartilha e com a minuta que já foi elaborada permitirá, pelo menos, um conhecimento um pouco maior sobre a proposta para que possa prosseguir com a discussão no conselho. Nada mais a tratar encerra a presente reunião e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.



Marcelo Pereira Manara

Presidente



Marisa do Prado Sá Durante

Secretária Executiva